novos caminhos

Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte

FEVEREIRO/85

nº 6



DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

APRESENTAÇÃO

O Brasil atravessa, hoje, um período em que se faz necessária a participação de toda a população em reflexões e lutas que visem garantir a instauração da democracia plena no País.

A Universidade, no contexto de nossa sociedade, também não está alheia a este processo de transição. Por um lado, temos buscado, enquanto movimento docente, estar juntos com o povo em momentos significativos de nossa História - como na luta pela anistia, pela liberdade de imprensa, e, mais recentemente, na campanha pelas diretas. O movimento que paralizou a Universidade brasileira em 1984 defendia explicitamente esta instituição pública, de fundamental importância para a autonomia e independência científica e tecnológica de nosso povo. Por outro lado, estamos nos empenhando, enquanto parte da comunidade universitária, na luta pela democratização interna das instituições de ensino superior, sem a qual acreditamos não ser possível estar em sintonia com as aspirações de nossa sociedade.

No final do ano de 84, a APUBH realizou um seminário cujo tema - "A democratização da Universidade" - se transformou neste caderno. Naquela ocasião, os participantes do encontro refletiram sobre muitos aspectos sintetizados em torno da produção e distribuição do conhecimento e da estrutura de poder na Universidade.

A APUBH tem buscado também estar atenta aos processos eleitorais ocorridos no interior de nossa Instituição, buscando, na prática, torná-los cada vez mais representativos. Entendemos que nós, professores, temos a obrigação de lutar contra o autoritarismo, contribuindo para o crescimento da consciência e da prática democrática em todos os âmbitos da Universidade.

Com este caderno, visamos ampliar o debate em torno deste tema, através não somente de textos teóricos mas também com a descrição de processos eleitorais vividos no âmbito da UFMG e de outras universidades brasileiras. No próximo mês de abril teremos eleições para a diretoria da APUBH 85/87 e, no segundo semestre, eleições para Reitor.

Sendo este o último caderno de nossa gestão, esperamos que ele contribua para o fortalecimento dos debates sobre nossa entidade e sobre nossa universidade, com vistas à concretização da prática democrática e da liberdade entre nós.

A DIRETORIA

NOVOS CAMINHOS
Nº 6 - fevereiro de 85
Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte - APUBH
Av. Álvares Cabral, 211 - sala 1502 - Telefone: 201-9470

DIRETORIA

Luiz Pompeu de Campos - Presidente
Rodolfo Braga Almeida - 1º Vice-Presidente
Matildes Osória Rodrigues Costa - 2º Vice-Presidente
Nilcéia Moraleida Gomes - 1º Secretário
Lucília Regina de Souza Machado - 2º Secretário
Evanise Miranda de Novais - 1º Tesoureiro
Eduardo Nohme Cardoso - 2º Tesoureiro

SUPLENTES

Maria Cristina Magro
Eliane Novato Silva

EDIÇÃO

Francisco de Morais Mendes - Reg. MTb 2977

CAPA

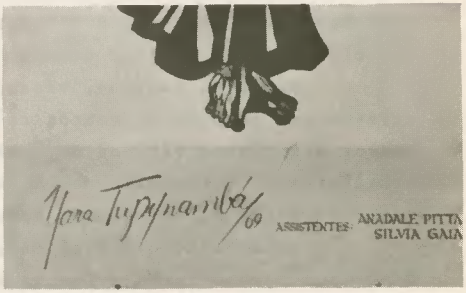
Centro Audiovisual - UFMG

DATILOGRAFIA

Maria Consolação Cordeiro e
Selma G. Oliveira

IMPRESSÃO

SEGRAC - Telefone 222-8800



Fotos: Ana Soares

ÍNDICE

A Universidade democrática: um processo em construção 05

UFMG: algumas experiências democratizantes 09

As experiências de outras Universidades 15

Conclusões do seminário sobre Democratização da Universidade 21

Breve balanço da APUBH-83/85 27

Apêndice

A crise da democracia na Universidade 33

Universidade, intelectuais e ciência para transformação social existem? 41

Alguns equívocos sobre democracia e Universidade 45

Universidade, competência e democracia 49



A UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO

Maria José Féres Ribeiro (*)

A política desenvolvida pelo regime militar para a Universidade Brasileira pode ser sintetizada nos seguintes eixos considerados prioritários: o acelerar da privatização e o empresariamento do ensino superior, a subordinação da Universidade à lógica do mercado, a estrutura de poder centralizada e autoritária, contribuindo para o cerceamento do debate e da crítica.

O regime de 1964 procurou adequar a Universidade às necessidades do padrão de acumulação capitalista consagrado pelas classes dominantes, com base em um modelo econômico concentrador e excludente. A modernização conservadora imposta às Instituições de Ensino Superior consagrou a racionalidade e a tecnocracia como valores absolutos, ao mesmo tempo em que o discurso ideológico dominante estabelecia o processo de identidade entre centralismo e eficiência, autoritarismo e competência, difundindo uma visão de falso pragmatismo que, na verdade, distorcia a própria essência da Universidade.

Paralelamente ao processo de privatização do ensino superior, o Estado desenvolveu a política de reduzir as verbas para o funcionamento da rede pública do ensino superior, o que implicou na deterioração das condições de trabalho.

Levando em conta as suas funções básicas (ensino, pesquisa e extensão), é preciso redimensionar a função social da Universidade, entendendo que é sua tarefa interferir nas transformações da sociedade. Nesse sentido, o processo de democratização da Universidade tem de ser pensado como uma reformulação global das estruturas universitárias, para que a Instituição possa de fato contribuir para uma nova sociedade, tanto do ponto de vista da formação do profissional, como da produção científica e cultural.

O que significa democratizar a Universidade?

1 - A estrura de poder e a democratização

Democratizar a Universidade deve significar a garantia da participação efetiva da comunidade universitária (docentes, servidores téc

(*) *Presidente da ANDES*

nicos e administrativos e estudantes) nos processos de decisão que envolvam os objetivos, a organização e a dinâmica da vida universitária.

As Associações de Docentes e a ANDES têm procurado implementar propostas alternativas para a Universidade Brasileira no sentido de romper o autoritarismo, a tecnocracia e o conservadorismo da Reforma de 1968. Nesse sentido, a democratização da estrutura administrativa da Universidade, bem como a sua flexibilização, são fatores essenciais para que as Instituições de Ensino Superior tenham funcionamento compatível com os interesses da sociedade. As eleições diretas para os cargos dirigentes (Reitor, Vice-Reitor, Diretor, etc) constituem a única forma capaz de viabilizar o estrangulamento da estrutura autoritária de poder, fundamentada em critérios espúrios e alheios à própria Universidade. Os dirigentes biônicos que o sistema tem imposto à Universidade têm servido ao jogo do obscurantismo e contribuído para que uma estrutura esclerosada sufoque a essência da vida universitária.

No entanto, é preciso frisar que a democratização da Universidade não se esgota no processo de escolha direta dos dirigentes, que, longe de ser um fim em si mesmo, é um meio. A democratização da estrutura administrativa da Universidade implica também em se redefinir as estruturas dos órgãos colegiados e redimensionar as suas funções para que possam ter uma real identificação com os interesses e prioridades que devem ser definidos pela comunidade universitária, a partir de um maior entrosamento com a sociedade em geral. Os Colegiados Superiores da Universidade têm se restringido a reproduzir uma estrutura esclerosada e em total descompasso com as exigências da realidade. No que diz respeito à autonomia universitária, é preciso frisar que só existe autonomia junto com democracia. O discurso aparentemente progressista da autonomia universitária, que tem sido desenvolvido pelo governo com o apoiode Reitores, na realidade não passa de uma tentativa de realizar a reforma administrativa da IES federais sob o parâmetro de uma concepção tecno - crática que mensura o rendimento do ensino superior a partir de uma racionalidade empresarial.

O orçamento global - importante passo para a autonomia financeira das Instituições - só terá sentido se estiver aliado à participação da comunidade na elaboração do orçamento e distribuição dos recursos.

A autonomia pedagógica e científica implica em que a comunidade tenha condições efetivas de discutir democraticamente os parâmetros do ensino, pesquisa e extensão. No que se refere especificamente ao ensino, a questão curricular se apresenta hoje como uma das mais polêmicas. Os currículos mínimos fixados pelo Conselho Federal de Educação fun

cionam como verdadeiras "camisas de força", impossibilitando mudanças substantivas e de qualidade no ensino de graduação. No que se refere à pesquisa, é preciso que se tenha uma política discutida e fixada pela comunidade científica e não pelos órgãos financiadores.

Muitas vezes, tem se levantado o problema de que o processo de democratização interna da Universidade vem ocorrendo em detrimento da qualidade do ensino e da produção científica. No entanto, ao contrário de ser um instrumento incompatível com a eficiência acadêmica, a democracia é, na verdade, condição essencial para a construção de uma Universidade competente.

É preciso deixar claro que a questão da competência não pode ser pensada abstratamente e muito menos a partir de uma pseudo neutralidade. A competência tem de ser pensada concomitantemente com a melhoria das condições de trabalho e a partir de sua inserção política e social no país.

O processo de democratização, com a abertura das discussões e com o livre debate, é condição fundamental para o rompimento do corporativismo ainda presente na Universidade.

É preciso que o trabalho docente seja avaliado de forma sistemática, a partir de critérios definidos pela própria comunidade universitária. É fundamental que se preste contas à sociedade do trabalho e da produção desenvolvidos na Universidade.

A democracia é um instrumento de melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Democratizar significa romper a mediocridade, os falsos conceitos de eficiência e partir para a definição de uma Universidade que seja efetivamente uma célula viva, indispensável para a sociedade brasileira.

A Universidade realmente competente não teme a democracia!



UFMG: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DEMOCRATIZANTES

À proximidade da sucessão do reitor e dos diretores de unidade da UFMG, a APUBH está recuperando algumas das experiências democratizantes vividas nesta Universidade, de acordo com proposta do seminário sobre Democratização da Universidade, e como subsídio às discussões de formas de participação que, inevitavelmente, antecederão os processos eleitorais para escolha de dirigentes.

Diversas unidades, como a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, o Instituto de Ciências Biológicas e vários departamentos, contaram com uma maior participação da comunidade universitária nos processos de escolha de seus diretores e chefes.

Houve casos em que a ampla participação da comunidade foi respeitada e casos, como o da Faculdade de Medicina, em que a comunidade foi impedida de eleger diretamente seus dirigentes ou tiveram o processo de maior participação interrompido, quando os órgãos regimentalmente legais deixaram de ouvi-la, assim que se evidenciaram preferências incômodas aos bolsões conservadores.

Medicina e Fafich

Em março de 1982, o professor Cid Veloso, então diretor "protempore" da Faculdade de Medicina da UFMG, convocou a Congregação da Faculdade para abrir o processo eleitoral para escolha do novo diretor da Unidade. Naquela oportunidade, o diretor manifestou-se favorável a uma maior participação da comunidade universitária no processo.

Deixando o foro regimental da Congregação, a questão foi discutida pela comunidade, tendo resultado das discussões a decisão de se fazer uma eleição prévia, destinada a sugerir nomes que fariam parte da lista da Congregação. Em maio, com 1837 votantes, entre professores, médicos residentes, estudantes e servidores da Faculdade e do Hospital das Clínicas, cada um votando em três nomes, foi realizada a prévia. O professor Cid Veloso liderou a votação, com 1316 votos, seguido pelo professor Antônio Dilson L. Fernandes, com 468 votos.

A lista foi formada com os seis nomes mais votados e promoveu-se, em seguida, um debate no qual os candidatos discutiram, na presença do Reitor, os problemas da Unidade e apresentaram propostas de trabalho.

Dias depois, a Congregação se reunia para eleger a lista que seria enviada ao MEC. Em três escrutínios, com a presença de 40 dos seus 46 membros, a Congregação elaborou uma lista composta por seis professores titulares, sem a presença de nenhum nome da lista proposta pela comunidade.

Iniciou-se então uma greve envolvendo os três segmentos da comunidade, que exigiam a renúncia dos membros da lista sêxtupla da Congregação, para que nova lista fosse composta, respeitando-se a participação da comunidade.

Ante o impasse criado pela intransigência dos titulares de não renunciarem, o desgaste da greve e a perspectiva das férias de julho, os grevistas negociaram com membros da Congregação e da lista dos titulares, sob mediação do Reitor, dois pontos: primeiro, que os professores participantes da lista da Congregação expusessem, em debate público, seus programas de trabalho; segundo, que os departamentos da Unidade promoveriam assembléias, com ampla participação da comunidade, para indicar dois nomes à lista da Congregação que indicaria o vice-diretor. Com esses compromissos assumidos pela Congregação, teve fim a greve, que durou 17 dias.

O primeiro ponto de negociação foi cumprido, com os professores componentes da lista da Congregação participando do debate público, onde apresentaram suas propostas de trabalho. O debate contou com a presença maciça da comunidade, que questionou firmemente os candidatos, dos quais alguns mostraram-se despreparados para ocupar o cargo. Quanto ao segundo ponto, ficou clara a intransigência da Congregação em aceitar a maior participação da comunidade no processo. Os professores mais votados nas assembléias dos departamentos, Antônio Dilson Fernandes - votado em quatro departamentos, primeiro da lista em três deles - e José Maurício Carvalho Lemos - votado em três departamentos, primeiro da lista em dois deles - simplesmente não fizeram parte da lista da Congregação. Encabeçou esta lista o professor Ruy Pimenta Filho - votado em um departamento, sendo o primeiro da lista.

Foram designados diretor e vice-diretor da Faculdade de Medicina os professores Tancredo Alves Furtado e Alcino Lázaro da Silva.

Na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, o processo de escolha do novo diretor foi proposto pela Congregação da Faculdade da seguinte forma: criar um colégio eleitoral com o fim de promover debates com os candidatos a diretor e propor à Congregação os nomes para a composição da lista sêxtupla.

Paralelamente à formação do colégio, os professores promoveram uma assembléia onde se propôs a realização de eleições diretas como al

ternativa à proposta da Congregação. A proposta de eleições diretas foi rejeitada pela assembléia.

Com cerca de 100 membros (50% professores, 30% estudantes e 20% funcionários) e mesmo funcionando precariamente, o colégio promoveu os debates e ouviu os candidatos. A lista, composta pela ordem de votação, foi encabeçada pelo professor Luiz de Carvalho Bicalho, seguido pelos professores Celson José da Silva e Maria Efigênia Lage de Resende. Outros três nomes entraram para completar a lista, que a Congregação da Faculdade recebeu e referendou. Foi designado diretor da Faculdade de Filosofia o professor Celson José da Silva.

Para a eleição do vice-diretor, foi convocado o mesmo colégio, que indicou o nome do professor Paulo Saturnino de Figueiredo para ocupar o cargo. Não havendo outros candidatos, fez-se um "arranjo" para completar a lista, que a Congregação encaminhou ao MEC. O professor Paulo Saturnino foi designado vice-diretor da Unidade.

Também no Instituto de Ciências Biológicas, no processo de escolha dos atuais diretor e vice-diretor, a Congregação referendou as listas eleitas pela comunidade. Sua elaboração somente não contou com a participação dos estudantes porque, segundo o professor Layr Aguillar Rennó, vice-diretor do Instituto, o Diretório Acadêmico não se mobilizou em torno das discussões. Da eleição do diretor, professor Edward Félix Silva, não há registro documentado, devido à informalidade dos debates e da votação. Para a eleição do vice-diretor registrou-se a participação de 119 votantes, entre professores e funcionários, que escolheram o professor Layr Aguillar Rennó para ocupar o cargo.

Na pesquisa dessas experiências, constatou-se, em alguns casos com maior clareza, a falta de dados mais concretos sobre os processos eleitorais na UFMG. Em casos como o da Faculdade de Medicina, dada a gravidade das conseqüências imediatas do não acatamento pela Congregação da lista da comunidade, fez-se um registro mais minucioso dos fatos. Em outros, como o da Fafich e do ICB, até mesmo pela informalidade com que a questão foi tratada, deixou-se de documentar o processo.

Torna-se necessário resgatar a memória dessas experiências, pelo seu significado, pela importância do que elas trazem em si de crítica às práticas autoritárias e de exemplos que devem ser refletidos. Erguendo-se no tempo, essas experiências constituirão os pontos de referência de uma nova história da universidade.

Os Exemplos Recentes

O Departamento de Comunicação Social elegeu seu novo Chefe no fim de 84, através de colégio eleitoral que contou com a participação de

23 professores, 23 estudantes e os 6 funcionários do Departamento. A lista tríplice, encabeçada pela professora Vera Regina Veiga França, foi referendada pela Assembléia Departamental e acatada pelo diretor da Unidade, que designou Vera Regina para ocupar a chefia do Departamento. O mesmo processo indicou o professor Juan Aramayo para exercer a sub-chefia.

Segundo a professora Vera Regina, não houve, em torno da chefia, uma disputa de nomes para ocupar o cargo, mas que a votação foi realizada em nome do projeto de implantação do novo currículo de Comunicação Social.

Já na Faculdade de Letras, a indicação de um nome para ocupar o cargo de vice-diretor, que encontrava-se vago, não acatou o desejo da comunidade.

A Congregação da Faculdade promoveu uma consulta à comunidade para indicar nomes ao Reitor, que, por estar exercendo a segunda metade de seu mandato, tem o direito de indicar diretores e vice, sem obrigatoriedade de enviar lista sêxtupla ao presidente da República. Valendo-se dessa prerrogativa, o Reitor da UFMG solicitou à Congregação da FALE a elaboração de lista sêxtupla para posterior escolha.

Surgiram dois candidatos, os professores Lauro Belchior Mendes e Vanda de Oliveira Bittencourt. A Congregação decidiu por consulta prévia à comunidade. Depois de debates e assembléias, as eleições se realizaram através de voto universal. Votaram 491 pessoas e o professor Lauro Mendes venceu a consulta, obtendo 277 votos. A professora Vanda Bittencourt obteve 200 votos.

O resultado foi homologado pela Congregação e enviado ao Reitor, em dezembro último. Em 14 de janeiro, ofício da diretora da Faculdade informava aos setores da comunidade que o Reitor da UFMG designara a professora Vanda Bittencourt para ocupar o cargo de vice-diretora.

A denúncia de que a consulta fora desrespeitada foi levada ao Conselho da APUBH, que imediatamente formou uma comissão para pedir esclarecimentos ao Reitor. O reitor José Henrique explicou à comissão que se sentiu "à vontade para escolher o segundo nome", embora possa ter havido "desinformação e até ingenuidade". Acrescentou que a ata não explicitava que houve eleição do vice-diretor, mas sim da lista tríplice, o que significava, no seu entender, que ele teria o direito de escolha.

O Reitor da UFMG afirmou que aceita o procedimento que a Congregação adotar e que se houvesse recebido um nome o teria homologado. E informou que nem sempre escolhe automaticamente o primeiro nome das listas que recebe. A comissão deixou claro que houve desrespeito a um processo democrático e não se convenceu com os esclarecimentos do Rei-

tor, principalmente no que diz respeito ao critério de nem sempre considerar eleito natural o candidato mais votado.

A Posse da Democracia

Mesmo esbarrando nos empecilhos de regimentos restritivos à maior participação da comunidade universitária nos processos de escolha de dirigentes e a contrapartida de grupos resistentes à democratização da universidade, as experiências mostram que alternativas foram buscadas, e que o conjunto da universidade reivindica autonomia para que ela própria possa decidir seus rumos.

No encontro realizado, no ano passado, entre o movimento docente e o então candidato à presidência da República, Tancredo Neves, o presidente da ADUFRJ, professor Joel Teodósio, alertava para a questão da responsabilidade social da universidade, que implicaria em responsabilidade com autonomia, estando esta ligada a uma "verdadeira democratização das universidades", que "não poderão ser responsáveis se não têm autonomia".

"Impõe-se a institucionalização de uma prática social que mostrou ser profícua, que já demonstrou ser correta, que já demonstrou ser exaltada nas universidades, que é a eleição direta de todos os dirigentes das universidades, de chefe de departamento a reitor, feita por todos os segmentos que compõem a universidade", disse Joel Teodósio.

A esta questão, o candidato Tancredo Neves respondeu: "o provimento das reitorias e das diretorias é hoje uma regulamentação legal. Nós temos primeiro que obter a revogação dessa legislação vigente". Acrescentou que não teria, "da parte do executivo, a menor dificuldade no atendimento à reivindicação aqui colocada, mas nós vamos depender do poder legislativo". Mesmo apontando que a questão é da alçada do Legislativo, o candidato admitiu que o problema será enfrentado "dentro das normas da rotina da tramitação legislativa", e que "serão realmente feitos os trabalhos junto às lideranças, junto às diversas bancadas visando o debate e atendimento da postulação", concluiu o candidato.

Hoje, com Tancredo Neves eleito presidente, cabe à comunidade universitária lutar para que se processem as alterações legais que permitirão que a democracia, efetivamente, tome posse nas universidades brasileiras.

Os dados utilizados neste texto foram colhidos pelo Setor de Imprensa da APUBH, através de entrevistas com professores que participaram dos processos aqui descritos.



AS EXPERIÊNCIAS DE OUTRAS UNIVERSIDADES

Propostas e tentativas de democratização dos processos de escolhas de dirigentes das universidades são características da história recente da universidade brasileira. Por todo o País, multiplicam-se as experiências da comunidade universitária no sentido da conquista de maior autonomia, da conquista do direito de decidir sobre o futuro das instituições de ensino superior.

Descrevemos aqui algumas dessas experiências recentes de eleição para o cargo de reitor, algumas ainda sem resultado final quanto ao acatamento, ou não, pelo MEC, das decisões tomadas pela comunidade universitária. Todas, no entanto, deixam claro o desejo dos segmentos que compõem a universidade de assegurar o exercício do legítimo direito de participar e de influir nos destinos das instituições a que pertencem.

Juiz de Fora

Na Universidade Federal de Juiz de Fora foi realizada a primeira eleição direta para reitor, em Minas Gerais. 8.532 pessoas, entre funcionários, estudantes e professores participaram da eleição, que teve como vencedora a professora Margarida Salomão, do Departamento de Letras, que obteve, no critério de média ponderada, 3.260 votos. Os outros eleitos para participarem da lista sêxtupla foram os professores Clélia Maria Miranda de Castro, 3.090 votos; Henry Delvaux, 3.038 votos; Gláucio Franco, 3.004 votos; José Geraldo Teixeira, 2.796 votos e Gilvan Procópio Ribeiro, 2.396 votos.

A lista sêxtupla com esses nomes deveria ser confirmada por um Colégio Eleitoral, de 61 membros, e enviada ao presidente da República até o dia quatro de dezembro passado. Em reunião realizada no dia 27 de novembro, o Colégio Eleitoral não homologou os nomes indicados pela comunidade, mantendo, daquela lista, apenas o nome do professor José Geraldo Teixeira, quinto colocado. Todos os outros foram vetados e incluiu-se o nome do professor Dílio Procópio Alvarenga, que sequer participou da prévia.

No dia três de dezembro, véspera do fim do prazo para o Reitor encaminhar a lista ao presidente da República, uma assembléia da comuni

dade universitária, com cerca de 800 participantes, decidiu que os seus representantes no Colégio Eleitoral deveriam boicotar o órgão até que seus membros assumissem o compromisso de homologar a lista da comunidade. 35 membros do Colégio Eleitoral acataram a decisão da assembléia, recusando-se a atender à convocação do Reitor para uma segunda votação para a escolha da lista sêxtupla.

Da reunião convocada pelo reitor, participaram 33 membros do Colégio. Do lado de fora, estudantes e professores exigiam que os membros do Colégio deixassem o recinto da reunião. Exigiam ainda a renúncia do professor José Geraldo Teixeira, e que o professor Dílio Procópio Alvarenga retirasse sua candidatura.

Enquanto José Geraldo Teixeira propunha que sua renúncia fosse decidida pelo Colégio, em votação secreta, Dílio Procópio, por sua vez, propunha que o menos votado da lista da comunidade disputasse com ele a última vaga na lista sêxtupla. A comunidade rejeitou as duas propostas.

O professor Dílio Procópio apresentou também documento contendo 24 assinaturas de membros do Colégio, considerando a eleição prévia sem valor e afirmando que o colégio não poderia ser pressionado ou coagido. O reitor Márcio Vaz Leite concordou com o teor do documento, reafirmando a imunidade do Colégio a pressões.

Ante a impossibilidade de se fazer a reunião, o Reitor decidiu criar uma comissão para negociar com os líderes da comunidade. A Presidente da ANDES, Maria José Feres, denunciava a impossibilidade de consenso para resolver o problema. Segundo ela, não havia o que negociar com o Colégio Eleitoral, que deveria votar os nomes eleitos pela comunidade.

Persistindo o impasse, o Colégio Eleitoral, em reunião onde foi utilizado inclusive o critério de se sortear entre seis candidatos dois nomes que fechariam a lista, e depois de 38 escrutínios, concluiu a lista sêxtupla com os seguintes nomes: Dílio Procópio Alvarenga, José Geraldo Teixeira, Gláucio Franco, Sebastião Marsicano, José Passini e José Carlos Teixeira, lista encaminhada pelo reitor ao MEC. A comunidade encaminhou ao MEC um dossiê sobre o processo eleitoral, com cerca de 500 páginas, e um pedido de devolução da lista sêxtupla enviada pelo reitor. O MEC não devolveu a lista e informou que a nomeação do novo reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora será feita pelo novo presidente da República, Tancredo Neves.

UFSCar: 18 meses "sob intervenção"

Até o ano de 1978, o Conselho de Curadores da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar - exercia as atribuições de órgão colegiado superior da Universidade, cabendo a ele gerir e administrar todas as funções e atividades da instituição e indicar os reitores. Somente naquele ano foram criados o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino e Pesquisa. A lista sêxtupla para indicação de reitor passou então a ser elaborada por um Colégio Eleitoral Especial composto pelos três Conselhos. Ao final de 78, o Colégio Eleitoral elaborou lista sêxtupla de nomes para ocupar o cargo de reitor, tendo sido escolhido o nome do professor William Saad Hossne para exercer aquele cargo.

Passado um ano da posse de Hossne, a Lei nº 6.733/79 extinguia o Colégio ao estabelecer a nomeação do reitor e vice-reitor das Fundações diretamente pelo presidente da República. Antes, porém, da regulamentação da lei, as entidades representativas de docentes, servidores e alunos - ADUFSCar, ASUFSCar e DCE - promoveram, em agosto de 80, através do voto paritário, a eleição de uma lista sêxtupla para a vice-reitoria da UFSCar. O Colégio Eleitoral Especial reuniu-se - sem a presença do Conselho de Curadores - e aprovou a lista da comunidade. A lista foi encaminhada no mesmo mês ao MEC, que, não a reconhecendo, deixou vago o cargo de vice-reitor até março de 83.

Ao final de 82, novamente as entidades representativas da comunidade, com o apoio de ó-gãos colegiados da UFSCar, realizaram eleição direta paritária para a reitoria. O professor Saad Hossne foi eleito para novo mandato, obtendo 71% dos votos. O resultado da votação foi enviado ao MEC, em dezembro.

Em 4 de março de 1983, o MEC responde à comunidade, não com a nomeação do reitor, mas, tendo ouvido o Conselho de Curadores da Fundação, indicando o professor Pedro Magalhães Lacava para o cargo de vice-reitor, vago durante dois anos. Tendo tomado posse horas após o professor Hossne haver deixado o cargo de reitor, o professor Lacava, na verdade, tornou-se reitor de fato. Reunidos em assembléia geral, docentes, servidores e estudantes decidiram considerar a Universidade "sob intervenção" do MEC e repudiar a intransigência do órgão.

Em nota aprovada em assembléia geral, a comunidade denunciou que "o processo de intervenção corresponde aos interesses de grupos econômicos regionais, enraizados desde a criação da Fundação UFSCar, sobretudo interessados em tutelar a universidade sob a ótica de seus interesses particulares"

O Conselho Universitário da UFSCar, por sua vez, solicitou ao

MEC medidas no sentido de normalizar a situação irregular em que se encontrava a reitoria. A Ministra sugeriu àquele Conselho que, juntamente com o Conselho de Curadores, encaminhasse ao MEC uma lista de "notáveis", pertencentes ou não ao quadro da Fundação. O Conselho Universitário propôs então que uma lista sêxtupla fosse elaborada pela comunidade, através de eleição, a qual, realizada em abril de 83, foi disputada por nove candidatos, dois deles da UFSCar.

Compuseram a lista os professores Aziz Ab'Saber, Bolívar Lamounier, Carlos Franchi, Carlos Guilherme Mota, Dalmo de Abreu Dallari e Modesto Carvalhosa. Os Curadores solicitaram ao Conselho Universitário a inclusão de nomes de titulares da Fundação na lista, com o que não concordou o Conselho, considerando o acordo anterior entre os Conselhos e o fato de que os nomes da lista não recebiam objeção dos Curadores. O Conselho de Curadores enviou a lista sêxtupla à Ministra da Educação, apondo-lhe restrições.

A lista foi rejeitada pelo MEC. A uma comissão do Conselho Universitário a ministra justificou não ter encaminhado a lista ao presidente da República porque dela não constavam nomes internos à UFSCar. Ao Presidente do Conselho de Curadores a Ministra justificou sua atitude em razão de nenhum dos nomes da lista ser do conhecimento e confiança do presidente da República.

Em 11 de agosto de 83, valendo-se da Lei nº 6.773, o presidente da República nomeou o professor Antônio G. Ferri, vice-reitor da USP, para exercer o cargo de reitor da UFSCar. Em assembléia realizada no mesmo dia, pela ADUFSCar, os docentes decidiram considerar a gestão do professor Ferri uma "nova fase de intervenção". Somente a 1º de outubro de 1984, com a posse do professor Munir Rachid no cargo de reitor da UFSCar, deu-se um passo decisivo no sentido de se resolver a crise político-administrativa que acompanhou a UFSCar nos últimos anos. O professor Munir Rachid foi o primeiro nome da lista sêxtupla elaborada pela comunidade da Universidade Federal de São Carlos, tendo obtido 70% dos votos da comunidade.

Outros casos

As Universidades Federais da Bahia, Pará e Rio de Janeiro são outras instituições nas quais o processo de escolha de dirigentes conta com maior participação da comunidade universitária. Valendo-se da experiência de 1983, quando o Colégio Universitário da Universidade Federal da Bahia rejeitou a lista para reitor preparada pela comunidade, as associações de docentes e servidores da UFBA e o DCE promoveram eleição

direta, através do voto proporcional, para a escolha do vice-reitor da Universidade. De 1983 para cá, das 25 unidades da Universidade, 19 diretores tiveram seus nomes sugeridos pela comunidade e homologados pelas Congregações.

O processo eleitoral para eleição do vice-reitor foi deflagrado logo após a greve de 84. Com a participação de 60% dos professores e servidores técnicos administrativos e 20% dos estudantes, dentre 15 candidatos, foi eleita a professora Eliane Azevedo, nomeada pelo presidente da República no início de janeiro último. Para evitar que se repetisse o ocorrido em 83, com rejeição da lista da comunidade, minucioso relatório sobre o processo eleitoral foi enviado aos membros do Colégio Universitário, para tomarem conhecimento da forma como se processava a escolha.

No Pará, o processo eleitoral para escolha do novo reitor foi deflagrado pela Associação de Docentes da Universidade Federal daquele Estado e recebeu imediato apoio da Associação dos Servidores e do DCE. Foi elaborado um regimento eleitoral, com calendário e prazo para inscrição de candidatos. Formou-se uma comissão paritária para acompanhar a apuração, da qual participavam membros do Conselho Universitário. A presença de membros do Conselho na comissão teve o propósito de "comprometer o Conselho" com o resultado da consulta.

As eleições foram realizadas em dezembro último, com participação de 70% dos professores, 90% dos funcionários e 50% dos estudantes, participação essa bem acima do quórum mínimo de 40% exigido pelo Conselho Universitário para acatar o resultado.

A lista da comunidade foi homologada pelo Colégio Universitário, que, por proposta do reitor, conferiu a cada nome 53 votos (nº de membros do colégio). No princípio de janeiro, a lista foi enviada ao presidente da República.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro elege, através de seu Colégio Universitário, em 30 de abril próximo, a lista sêxtupla para provimento do cargo de reitor.

A ADUFRJ reuniu-se com o Conselho Universtiário no dia 10 de janeiro, tendo sido aceita a proposta de se formar uma comissão para promover uma consulta prévia à comunidade. Enquanto alguns docentes duvidavam da receptividade do Conselho Universitário à proposta da ADUFRJ, o presidente da entidade, Joel Teodósio, garantia que quase a metade dos 80 membros do colégio eleitoral que escolherá o próximo reitor apoiará a comunidade "seja quem for" o candidato por ela escolhido.

A ADUFRJ lançará candidatos à prévia mas os seis nomes escolhidos pela comunidade serão tomados como candidatos oficiais da Associa -

ção. Para conseguir a efetiva garantia da realização do processo de consulta à comunidade, a entidade dos docentes se apoiou em setores liberais da Universidade não ligados ao movimento docente.

No processo eleitoral da UFRJ estão assegurados debates com todos os candidatos, a não utilização da máquina administrativa da Universidade por parte de nenhum candidato e a efetiva participação da comunidade no processo eleitoral.

Os dados utilizados neste texto foram colhidos pelo Setor de Imprensa da APUBH em informes e jornais das ADs das instituições mencionadas, e através de entrevistas com professores presentes ao IV Congresso Nacional da Andes.



CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO SOBRE DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

No início de dezembro de 1984, a APUBH promoveu um seminário sobre Democratização da Universidade, um desdobramento mais realista da proposta de se realizar, ainda naquele ano, um congresso universitário, aprovada por ocasião do Dia Nacional de Protesto, em novembro.

A preocupação de se discutir a democracia na universidade, se já existia antes, ganhou maior interesse após a greve de 84 dias. Contribuíram ainda a perspectiva de mudança de governo no País e a próxima eleição de reitor na UFMG.

Dois temas foram escolhidos como ponto de partida dos debates: a questão da Produção e Distribuição do Conhecimento na Universidade e a Estrutura de Poder. No primeiro item, os participantes procuraram analisar a população atendida e o profissional formado pela universidade, o conteúdo, as condições de produção da universidade, e sua finalidade. Na segunda parte, discutiu-se a escolha de dirigentes, os mecanismos de representação e representatividade, a autonomia dos departamentos e unidade frente à centralização das decisões e a estrutura hierárquica da universidade.

Pasta e textos nas mãos, os participantes trataram de "levantar a lebre" sobre a questão, desde o início considerada muito mais extensa do que o próprio seminário. Apresentamos aqui uma pequena síntese das discussões que, se pecaram pela falta de sistematização, com certeza serviram para esquentar os motores de um processo que estará na ordem do dia na UFMG e nas demais universidades brasileiras a partir deste ano.

1. Produção e Distribuição do Conhecimento na Universidade

As discussões começaram pelo acesso à universidade, o público que ela atende e a natureza do processo de educação. Foi abordada a diferenciação vertical entre a população atendida (causada pelo próprio sistema de ensino na sua relação com as diferenças de classe social) e a diferenciação horizontal. Esta última seria provocada pelas condições

de maior preparação e dedicação do aluno em certas áreas do ensino em detrimento de outras, como por exemplo, nas áreas de ciências humanas. Entre as causas desta diferenciação está o empobrecimento da classe média, que exige o engajamento do estudante no mercado de trabalho, reduzindo suas chances de desenvolver um bom curso a partir de estudos sistemáticos, da pesquisa e de uma vida universitária mais intensa.

Esta má preparação é anterior à entrada do aluno na universidade, sendo reflexo da política educacional dos últimos 20 anos que, embora tenha promovido a expansão do sistema educacional, preocupou-se mais com a quantidade do que com a qualidade. Esta expansão não significou acesso suficiente à escola pública pelas camadas populares e nem resposta às carências com que o aluno chega à universidade.

Logicamente, este problema não se resolve alterando-se apenas a natureza do vestibular. Todo o sistema decorrente da reforma profissionalizante do 2º grau redundou em prejuízo para a formação geral do aluno. Assim, a educação universitária precisa ser examinada a partir das relações que ela tem com o ensino de 1º e 2º graus para se promover uma reforma global da educação.

A questão da qualidade do ensino é preocupante. Sob o ângulo do professor universitário e dos cursos oferecidos houve uma visível piora, também como conseqüência da crise dos últimos anos. A própria inexistência de uma política de ensino a nível de departamentos e cursos, exemplificada pela extrema individualização do trabalho do professor, impede a definição do perfil do profissional que se quer formar.

Hoje, tanto o aluno quanto o professor fazem da universidade "um bico" e a educação não é tratada como questão global pelo governo ou pela universidade. Nem o professor nem o estudante dedicam seu tempo integral à vida universitária.

As limitações não terminam aí. A escola, além de não permitir o acesso a outras áreas de cultura e do saber, não oferece espaço e tempo para se fazer coisas que não estejam relacionadas com o saber formal, reduzido à sala de aula.

Mercado versus população

A universidade pode mudar o mercado de trabalho? Como vincular o mercado às necessidades da população, eliminando a prática dos últimos 20 anos, quando predominou na universidade o treinamento do aluno para execução automática de certos procedimentos? A universidade presta serviços à sociedade formando mão-de-obra, mas a quem este serviço beneficia? Como deve a universidade atender às demandas da sociedade e vincular-se a ela no cumprimento de suas funções básicas de ensino, pesquisa

e extensão?

Estas e outras perguntas surgiram no decorrer das discussões. O início do processo de modificação, no entanto, está na necessidade de mobilizar as pessoas para discutir as mudanças que se fazem prementes. As tentativas já ocorridas (inclusive o próprio seminário) têm gerado pouco interesse e participação.

Nota-se, por outro lado, a mobilização de pessoas para discussões mais específicas, como a questão da pós-graduação, na medida em que respondem às necessidades de se fazer carreira, hoje uma pressão constante na universidade. Ou seja, os professores passam a ocupar-se da política da burocracia, do acesso aos postos de mando, da elaboração de projetos que garantam o acesso a recursos de financiamento. Este último item levanta outra questão fundamental para ser discutida, que é o surgimento de fundações de pesquisa que constituem grupos fechados, desenvolvendo trabalhos que, ainda que interessantes, não são abertos à universidade.

Como encontrar, neste quadro, suportes políticos para se debater o processo de democratização?

Esta rápida pincelada em alguns dos problemas da universidade mostrou, em primeiro lugar, que as soluções não estão apenas no interior da universidade, que é preciso garantir a participação da comunidade. A começar pela promoção de discussões com os professores e entidades de 1º e 2º graus e com os segmentos organizados da sociedade, como sindicatos, partidos políticos e associações populares para debater a transformação da universidade.

Nestas discussões deve-se levar em conta que o conteúdo democrático da universidade não está determinado pelo fato de o resultado de sua produção ser inteligível pela população, mas pela definição de quem se beneficiará com o que ela produz.

A redefinição da universidade passa também pela redefinição dos rumos da sociedade em termos políticos e econômicos. Ao lado disso, coloca-se a importância de formação de profissionais críticos e o enfrentamento da burocratização da universidade, redefinindo a competência e as condições de trabalho dos profissionais nas diversas áreas.

2. A Estrutura de Poder na Universidade

A escolha de dirigentes da universidade e a estrutura de poder atualmente em funcionamento, com seus conseqüentes desdobramentos, foram as grandes questões destacadas no tema da estrutura de poder.

Tendo em vista a escolha de um novo reitor na UFMG, em 1985, o debate foi polarizado em torno desse processo de eleição, ficando en-

fatizada a necessidade de se considerar a série de experiências recentes em várias universidades do País, onde se buscou ampliar a participação da comunidade nos processos de eleições de dirigentes. Fator importante na reflexão das experiências conhecidas de eleição direta, dentro da UFMG e em outras universidades, prende-se à grande diversidade de formas para estas eleições (se forem eleições diretas, como realizá-las? voto universal ou paritário? estudantes e funcionários podem candidatar-se?), que devem ser consideradas por todos os segmentos da universidade.

Estas discussões devem também considerar o contexto mais geral das estruturas de poder da universidade, para avaliação de seu efetivo alcance e limitações, e a necessidade de democratização da estrutura em sua totalidade.

A greve de 84 deixou claro o desejo do movimento de professores na UFMG de lutar por eleições diretas para reitor e de sua entidade assumir essa luta com a perspectiva de questionamento do poder que é exercido hoje na universidade, para se repensar e redefinir a instituição.

Considerando-se que sobre o tema das eleições diretas há um pensamento bastante heterogêneo dentro da própria categoria dos professores, o seminário enfatizou a necessidade de um amplo debate sobre a questão. Cabe também aí a avaliação das experiências concretas de eleição direta quanto às suas conseqüências, uma vez que se registraram casos em que reitores diretamente não exerceram democraticamente a direção da universidade.

E há, por fim, o aspecto da legalidade desse processo de escolha. A legislação em vigor, que não prevê esta forma de escolha de dirigentes e nem garante à universidade autonomia para defini-la, dever ser discutida, com o fim de propor sua alteração ou revogação.

A discussão sobre a escolha do novo reitor não pode perder de vista a análise de todo o conjunto de formas de representação na universidade. Na prática, ocorre que os representantes "descolam-se" dos segmentos que representam e também da realidade do trabalho de professores, alunos e funcionários. Neste plano também se esbarra na burocratização da universidade; diante dela os próprios reitores são transitórios, enquanto que a burocracia é permanente, determinando o que pode ou não ser feito, apresentando o conteúdo da universidade como neutro, mas com o pouco claro fim de facilitar o controle e as decisões. Além disso, o conjunto da universidade apresenta uma série de clivagens que passam pelo ensino, pesquisa e extensão, e também pelas relações entre professor, aluno e funcionário, contexto em que se apresenta grande diferenciação

de poderes. É necessário pensar em como construir o interesse coletivo.

Qualquer processo de mudança nas estruturas de poder e na forma de alcançá-lo encontrará fortes resistências não somente nos órgãos centrais de direção, mas nesta burocracia acadêmica que se encontra disseminada no seio dos departamentos, grupos de pesquisa, câmaras, chefias, colegiados etc, atingindo inclusive as relações pessoais. Condição ideal para a superação desses entraves é a criação de mecanismos que levem as discussões e questões da administração central aos diversos setores da comunidade, como forma de impedir o bloqueio da comunicação e permitir a todos, indistintamente, o acesso às informações de interesse geral.

Outro ponto destacado refere-se à representação por titulação, que é feita de forma antidemocrática e desproporcional, pois introduz diferenças relativas à "cidadania universitária" entre os setores da comunidade. Esta forma de representação liga-se à divisão e organização do saber na universidade, e discrimina o voto ao atribuir-lhe uma qualidade. Também esta questão requer discussão ampla.

O movimento da comunidade universitária em torno das novas formas de escolha dos dirigentes deve criar condições para que os colegiados que definem o resultado final das eleições, como o Colégio Universitário, atuem em sintonia com a comunidade, para evitar um antagonismo no qual estes órgãos fundam sua legitimidade no interior de si mesmos, como o exemplo recente da Universidade Federal de Juiz de Fora mostrou claramente.

Das exposições e debates, surgiram as seguintes proposições, para encaminhamento destas discussões na UFMG:

- traçar, junto aos três segmentos da universidade e respectivas entidades, uma estratégia de ação em torno da escolha do novo reitor, englobando a discussão de um programa de universidade, o que poderia ser feito através de um congresso universitário;

- as entidades deverão organizar estas discussões nas unidades e procurarão sistematizar as experiências existentes na UFMG e em outras universidades;

- convocar os candidatos a reitor para que exponham sua prática na administração e no exercício das atividades universitárias;

- o movimento docente deverá aprofundar as questões que hoje são de grande relevância no tema da democratização da universidade, transformando-as em estratégias concretas de ação.

Todas essas propostas podem ser incorporadas por um congresso universitário, que teria como objetivo a apresentação de programas, concepção de universidade, explicitação da prática na administração e ati-

vidades universitárias por parte dos candidatos a reitor, de forma a promover a participação da comunidade, evitando que esta permaneça apática ou numa posição de apenas legitimar um candidato a partir da apresentação de plataformas gerais e indiscriminadas.

A realização desse congresso só será possível se as entidades traçarem um programa de ação conjunta, que deve ter como reivindicação básica ser assumido formalmente dentro da Universidade.



BREVE BALANÇO DA APUBH-83/85

Chegando ao final de nossa gestão na diretoria da APUBH, apresentamos um breve balanço de nossas atividades para avaliação de todos os associados.

Assumimos a direção da entidade num processo de pouca mobilização da categoria. De pouca ou nenhuma experiência era a situação de quase todos os componentes da chapa eleita.

Alguns companheiros deixaram seus cargos na entidade, por motivos diversos que os impediam de participar. Vivemos momentos difíceis, com apenas três ou quatro diretores se dedicando à APUBH. Após a greve de 84, fez-se a recomposição da diretoria, com preenchimento dos cargos vagos a partir do Conselho de Representantes (procedimento previsto no estatuto), e essa situação se atenuou.

O Conselho de Representantes eleito após a greve de 84, se reuniu freqüentemente, com boa atuação e representatividade, contribuindo na elaboração das políticas da entidade, apesar de se ressentir da pouca presença e atuação de algumas unidades e seus representantes. Há que se destacar a atuação do Conselho de Representantes de 83, que, ao final daquele ano, fez um balanço da atuação da entidade e traçou rumos para as atividades de 84, chamando a atenção para a necessidade de a APUBH se voltar para as questões da Universidade.

Com relação às lutas empreendidas, obtivemos um saldo extremamente positivo para a entidade.

Procuramos manter os professores sistematicamente informados dos assuntos pertinentes à categoria, bem como abrir o máximo de espaço nas discussões, deliberações e ações da entidade.

Em 1983, apesar da pouca mobilização, a APUBH esteve presente nas principais lutas e eventos. Dentro da Universidade, emprenhamo-nos na discussão sobre reestruturação e na campanha salarial. Também participamos ativamente junto ao movimento dos servidores federais e em toda a discussão sobre a divisão do movimento sindical (CUT/CONCLAT). Naquele ano não colhemos bons frutos na campanha salarial, mas resistimos às investidas do MEC, com seus projetos como o de "reestruturação".

Foi em 1984 que vivemos as lutas mais importantes. Na campanha das "Diretas-já", foi destacada a participação da APUBH e dos professores

junto ao Comitê Universitário. Duas grandes passeatas da UFMG foram realizadas: no dia do comício pelas diretas e no dia da votação da emenda "Dante de Oliveira". Fomos talvez o único setor que marcou uma presença maciça e bem organizada naquela campanha.

Enquanto entidade, tivemos a responsabilidade da preparação da campanha salarial de 84, que culminou na greve. Greve dos professores e não da entidade, mas que pela sua unidade, organização e mobilização, elevou a respeitabilidade de nossa associação dentro e fora da universidade. Somos hoje uma referência para o movimento docente nacional. Por outro lado, também conquistamos uma grande consideração junto ao movimento dos servidores federais e no movimento sindical mineiro. Internamente, na UFMG, a APUBH passou a ter uma base mais sólida junto aos professores, e um respeito maior junto aos estudantes, funcionários e à administração da universidade.

Este saldo positivo é de todos os professores, e nós, hoje os responsáveis pela diretoria, queremos deixar claro que, em conseqüência dessa respeitabilidade, a APUBH tem uma grande responsabilidade perante o movimento docente nacional e um espaço importante junto aos movimentos sociais e a imprensa de Belo Horizonte.

Como ponto negativo, gostaríamos de ressaltar que não conseguimos uma maior participação cotidiana dos professores na APUBH. Precisamos tornar a sede da APUBH um local de encontro, convivência e participação diária dos professores da UFMG.

Na parte administrativa, resolvemos alguns problemas crônicos e muito sérios para uma entidade como a nossa. Para se ter uma idéia, tínhamos em nossa sede apenas uma máquina de escrever elétrica, um telefone alugado, uma mesa de reunião velha, um armário velho e pequeno, e algumas cadeiras emprestadas da Escola de Direito; somente um funcionário para cuidar de todo o trabalho da secretaria, divulgação, etc. Nós, os diretores, tínhamos que redigir, compor, diagramar, providenciar gráfica e até mesmo distribuir os boletins. Ou seja, funcionávamos amadoristicamente. Essa situação era decorrente, em grande parte, da baixíssima contribuição financeira dos associados naquela época, em relação aos gastos da entidade.

Hoje, após várias medidas, entre elas o reajuste adequado das mensalidades, possuímos uma sede razoavelmente organizada, com mobiliário mais adequado, dois funcionários na secretaria e serviço externo e um jornalista contratado organizando o setor de imprensa. Conseguimos, com isso, melhor organização administrativa e regularizar a publicação de boletins informativos, além de ampliar os cadernos "Novos Caminhos" como espaço de reflexão e discussão sobre o movimento docente e a univer-

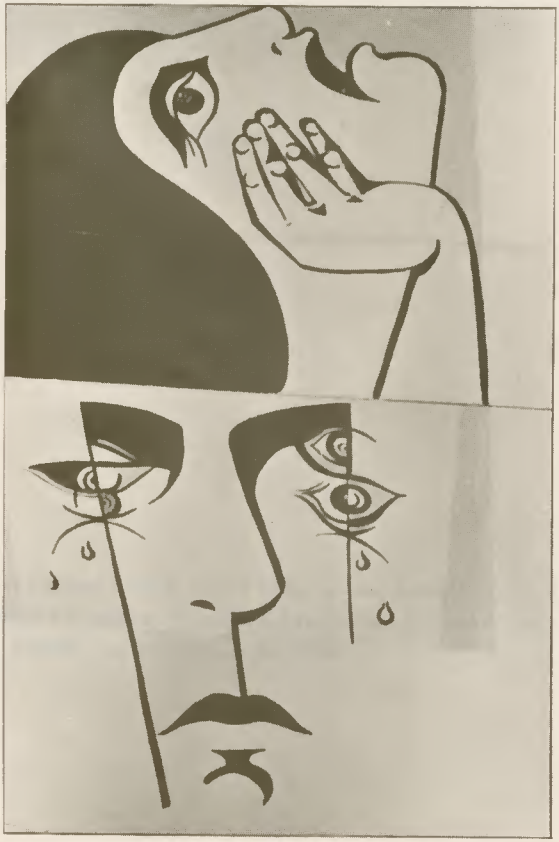
sidade. Outro espaço, o da nova sede da APUBH, já está garantido na Fafich, onde ela será instalada provavelmente ainda neste semestre.

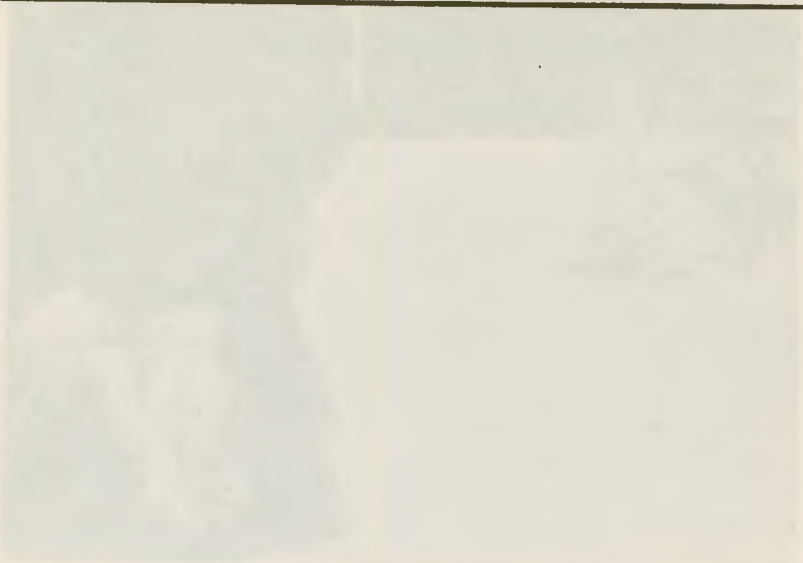
Finalmente, queremos agradecer a todos os colegas e companheiros que nos apoiaram e souberam compreender nossos erros.

Valeu a pena. Valeu muito trabalhar pela nossa categoria, por nossa entidade, na defesa de nossos interesses.

Saudações universitárias!

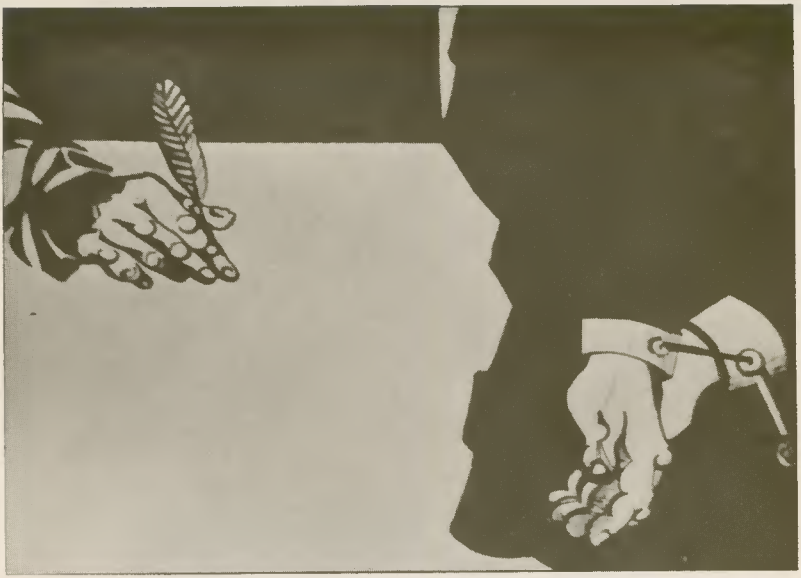
A DIRETORIA





APÊNDICE

Os textos seguintes foram utilizados como subsídio às discussões no Seminário sobre "Democratização da Universidade", realizado pela APUBH, em novembro de 1984.



A CRISE DA DEMOCRACIA NA UNIVERSIDADE

Eunice R. Durham (*)

A década de 60 foi, no Brasil, a grande época do questionamento sobre a universidade. O intenso debate que se travou nessa ocasião, liderado pela USP, estava intensamente vinculado ao movimento político que clamava por reformas de base na estrutura da sociedade brasileira; culminou numa intensa campanha pela reforma universitária, encampada pelo movimento estudantil e terminou numa reforma outorgada, depois da repressão desencadeada pelo AI5 haver destruído a articulação política que a havia proposto.

A década que se seguiu foi de profundo silêncio e de grandes transformações em toda a estrutura do ensino superior. O silêncio foi criado pela censura e pela repressão policial. A transformação foi promovida pelas cúpulas políticas e se deu sem qualquer participação dos professores e alunos das universidades.

Só agora começa a se rearticular novamente um movimento coletivo de reflexão crítica sobre a realidade universitária brasileira e sobre os efeitos da reforma outorgada. Já não é sem tempo.

Não existe, entretanto, nenhuma nova utopia universitária, nenhuma certeza sobre os rumos a seguir. Antes do AI5, ao contrário, tínhamos muitas certezas. Queríamos a universidade crítica e democrática, voltada para a tarefa do desenvolvimento da sociedade. Creio que ainda queremos a mesma coisa. Mas, então, acreditávamos saber o caminho para atingir esse objetivo. Ele decorreria automaticamente de uma transformação de estrutura da universidade. Julgávamos que era uma estrutura desatualizada e retrógrada o que impedia o desenvolvimento científico politicamente coerente com as necessidades da sociedade. Destruídos os empecilhos estruturais, a prática correta fluiria livremente.

O diagnóstico das falhas existentes concentrava-se em dois pontos centrais. De um lado, a estrutura "federativa" da universidade, formada por escolas independentes e auto-suficientes: isto multiplicava inutilmente recursos e serviços, separava em instituições diversas, professores e alunos interessados nos mesmos problemas. A solução era a

(*) *Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo.*

organização centrada em Departamentos, agrupados em Institutos (Centros), que organizariam a pesquisa e o saber em termos de sua afinidade. Como corolário, propunha-se a separação entre cursos e escolas. Os cursos seriam produto da colaboração de diversos institutos e os alunos seriam, verdadeiramente, alunos da Universidade e não mais de uma Escola ou Faculdade.

A questão da democracia interna articulava-se também em torno de dois tipos de propostas: a eliminação da cátedra e a representação estudantil. A abolição da cátedra abriria a carreira universitária em termos de uma competição livre, eliminaria a subordinação pessoal dos assistentes aos catedráticos e favoreceria a ascensão dos melhores talentos. Paralelamente, propunha-se o governo da universidade através de órgãos colegiados em todos os níveis (departamentos, institutos, reitoria). Os alunos, intensamente mobilizados, exigiam representação paritária em todos esses órgãos. Acreditava-se então que a democracia interna assim criada seria o instrumento suficiente para estabelecer a democracia no sentido amplo, isto é, abrir a universidade para a sociedade, dissolver seu caráter elitista e empenhá-la na tarefa de resolver os problemas do país, respondendo aos anseios da população. Havia portanto na cabeça das pessoas um modelo de universidade que, pensava-se, podia ser criada através de um pacote de reformas estruturais obtido na luta política que então se travava.

A reforma outorgada não foi a que se propunha. Na USP o peso da tradição e a violência do expurgo político propiciaram um arranjo particularmente conservador. A antiga cúpula universitária, abolida a cátedra, logrou, com maior ou menor sucesso, reconstituir muitos de seus antigos privilégios, através da criação da figura do professor titular e da monopolização de posições diretivas por essa categoria. A carreira não se abriu completamente, pois o acesso ao escalão mais elevado continuou na dependência da criação de cargos, criação esta sujeita a pressões políticas. As Escolas ou Faculdades de maior prestígio lograram preservar pelo menos parte de sua autonomia e privilégios anteriores. A representação estudantil nos colegiados foi submetida a controles acadêmicos e políticos. Além do mais, a criação sub-reptícia de "assessorias de segurança" garantiu que os mecanismos democráticos criados no papel não pudessem ser usados com eficácia.

Verificamos que a destruição das antigas Faculdades e dos cursos fechados em cada uma delas contribuiu para fragmentar o corpo discente, pulverizando os alunos pelas disciplinas as mais diversas, ministradas em lugares diferentes - desapareceram as "turmas", unidades naturais de convivência acadêmica e solidariedade estudantil. A estrutura departa

mental, embora tenha reunido professores de disciplinas afins em unidades mais amplas, isolou essas unidades umas das outras, dificultando toda a comunicação horizontal. Além do mais, a abolição da cátedra não previu mecanismos alternativos de estruturação interna, transformando os departamentos em unidades amorfas onde os titulares, libertos de suas obrigações para com os assitentes, monopolizaram o poder em nome pessoal. A criação dos novos institutos contribuiu para separar as ciências básicas das aplicadas, as disciplinas formativas das profissionalizantes, marginalizando umas e empobrecendo outras. O problema mais grave, entretanto, decorreu da centralização burocrática inerente a esta estrutura universitária e da consequente concentração do poder decisório na reitoria, medidas estas defendidas em nome da racionalidade organizacional. Num regime autoritário, esse centralismo operou como poderoso instrumento de controle político de toda a universidade.

A verdade é que, em parte por deficiências das modificações propostas em parte pela sua distorção decorrente das pressões próprias de um regime autoritário, em parte pela criação de novos canais de arbítrio e controle político, criou-se o monstro que aí está hoje: uma universidade cara e imanejável, distanciada da realidade nacional que dificulta a pesquisa e sufoca a criatividade, incapaz de formar profissionais competentes ou fornecer aos alunos instrumentos para uma reflexão crítica séria sobre os problemas do país, divorciada tanto do mercado de trabalho como dos anseios dos estudantes e das necessidades da população.

Entretanto, a situação calamitosa em que se encontra a universidade hoje não pode ser atribuída exclusivamente ao fato da reforma não ter ido tão longe quanto pretendíamos. A crítica que se faz necessária hoje é, pelo menos em parte, uma autocrítica dos que defenderam a reforma na década de sessenta, pois desconfiamos muito que as soluções então propostas não eram suficientes e talvez nem mesmo completamente adequadas para criar a universidade que fosse a realização da utopia. Novas propostas devem partir de uma análise cuidadosa do que ocorreu a USP nesses 14 anos.

Os Departamentos , formalmente autônomos, não têm, na verdade, nenhum poder decisório. Apenas encaminham propostas e executam políticas baixadas de cima. Os mecanismos de representação nos órgãos superiores são ineficazes. Nesse sistema, as responsabilidades se diluem e o corpo docente só encontra formas de atuação coletiva através de instituições paralelas, como as novas Associações de Docentes. Os alunos, descrentes da eficácia de sua participação institucional, tendem a abandonar os colegiados e instituir a oposição sistemática nos órgãos estudan

tis.

As decisões tomadas fora dos Departamentos e portanto longe dos problemas concretos de ensino e pesquisa, se formalizam. Como todas as decisões se concentram na cúpula, todas as medidas tendem a ser pensadas em termos da universidade no seu conjunto, ficção abstrata que ignora a realidade da imensa variedade de problemas específicos de cada tipo de pesquisa e de curso. A elegância das fórmulas e organogramas constitui a maneira própria do burocrata criar no papel uma universidade simétrica, harmônica e ideal, que nada tem a ver com a realidade da vida acadêmica. Como resoluções formais não resolvem, mas apenas enquadram os problemas do ensino e da pesquisa, elas são constantemente distorcidas na prática. A reação burocrática é a multiplicação dos controles formais e o resultado é o desenvolvimento de toda uma tendência a produzir informações e dados fictícios para satisfazer exigências burocráticas e, paralelamente, estabelecer práticas informais para resolver problemas. Instaura-se assim o divórcio entre a prática da pesquisa e do ensino, de um lado, a "teoria" burocrática da universidade real que não encontra canais de expressão nem formas de organização, submetida a uma universidade formal que tenta em vão colocar o corpo docente e discente na cama de Procusto dos regulamentos e fórmulas salvadoras.

O mecanismo todo, que consiste no privilegiamento absoluto de uma comunicação vertical de cima para baixo sem *feed-back*, reproduz, a nível institucional, a tendência autoritária do regime. Como Tocqueville demonstrou tão bem há mais de 150 anos em sua análise da Democracia na América, o segredo do governo verdadeiramente democrático consiste na descentralização administrativa que deve existir paralelamente à centralização do poder político. Só através desse sistema é que o cidadão preserva um espaço para exercer a prática da decisão responsável, o controle das medidas que afetam a organização de sua vida cotidiana, dirige sua atividade política para os problemas que lhe dizem respeito diretamente, dos quais entende e em relação aos quais é capaz de propor soluções construtivas. Isso que se aplica à vida política das nações é, igualmente, pertinente à análise das instituições.

Na USP, o centralismo burocrático, ao mesmo tempo que destruiu a prática democrática reduzindo-a a uma formalidade, criou mecanismos sutis de cooptação. Quando todo o poder está na cúpula e todas as decisões se revestem de um caráter formal, o atendimento de interesses particularistas assume a forma ilegítima de um jogo de influências. Notadamente, critérios formais de alocação de recursos, deslegitimando a luta política aberta de interesses divergentes, permitem manipulações personalistas que consistem aparentemente em privilegiar uma ou outra fórmu-

la, igualmente "racional", mas que implica em canalizar recursos para um ou outro setor. Toda a argumentação se desenvolve na linguagem formal da racionalidade burocrática, mas o que está em jogo são interesses muito concretos, que se digladiam na sombra. Instaura-se assim, sob a aparência da racionalização burocrática, o jogo dos interesses particulares que obviamente nenhuma burocracia pode eliminar. Esse deslocamento da luta política para os desvãos da burocracia e seu ocultamento não permite mais a distinção entre motivos válidos e escusos, uma vez que são todos formalmente ilegítimos, e favorece assim esses em detrimento daqueles. Isso porque são exatamente os interesses mais escusos que ousam lançar mão da manobra mais eficaz, que é o tráfico de influências pessoais.

Numa estrutura altamente hierarquizada e centralizada, todas as posições de direção criam monopólios de informação, que são mecanismos eficazes de manipular as decisões por parte das cúpulas universitárias. Por outro lado, reivindicações das bases passam a ser feitas no "vazio", isto é, sem conhecimento das alternativas existentes e das possibilidades concretas de atendimento. Nesse sistema, a boa vontade dos superiores é o único instrumento eficaz de obtenção de recursos financeiros ou de soluções prontas para problemas burocráticos. O tráfico de influências se institucionaliza, aumentando o poder pessoal dos detentores das posições de cúpula e facilitando todo tipo de pressões ilegítimas, inclusive, e talvez principalmente, o controle político das nomeações e do acesso aos escalões mais elevados da carreira. Recursos para pesquisa, para contratações, para infra-estrutura, por mais necessários e interessantes que sejam, do ponto de vista científico ou didático, só podem ser conseguidos pelo mesmo instrumento que serve eficazmente para a obtenção de verbas desnecessárias, laboratórios inúteis ou semi-utilizados, seminários improdutivos: as boas graças dos escalões superiores.

Dentro deste sistema, a universidade se fecha sobre seus próprios interesses, nas disputas mesquinhas por posições e por prestígio, na luta interna pelo tamanho da fatia do bolo que cabe a cada um, divorciando-se da sociedade, da preocupação com os problemas mais gerais da política científica e educacional.

O que ocorreu, portanto, com a USP, foi a instalação de um novo mecanismo de poder monopolizado, em grande medida, pela facção das antigas cúpulas universitárias que contavam com a simpatia do regime.

Com departamentos, centros, institutos e escolas sem poder real, a verticalização das decisões e o clientelismo e cooptação que lhe são inerentes, a forma burocrática e a deslegitimação do debate político, o que se poderia chamar de base universitária, isto é, a imensa

maioria dos professores, pulverizou-se em relações individuais com detentores de postos de decisão, que não podem ser controlados ou fiscalizados de baixo para cima mas apenas de cima para baixo. O processo atinge sua máxima coerência quando todas as escolhas de dirigentes se processa integralmente "de cima"; o passo fundamental nesse processo foi dado com a mudança das listas tríplices (controláveis pelos eleitores) por listas sêxtuplas (onde o controle é impossível, pois pequena minoria é suficiente para garantir a inclusão, na lista, de favoritos do poder superior).

A democratização da universidade significa o desmantelamento de todo esse sistema. Não basta democratizar a escolha de reitores ou diretores, pois a coerência interna do sistema burocrático-centralizador opera como gigantesca pressão no sentido da cooptação. Enquanto o processo de informação e decisão continuar estritamente centralizado e verticalizado, formas democráticas na escolha de dirigentes padecerão sempre das deficiências do voto "burguês": a dissolução do controle pela base sobre os representantes eleitos pela necessidade de atuar dentro de uma burocracia onde o poder e os recursos fluem pelos canais inversos.

A democratização da universidade deve começar pela descentralização administrativa. O controle dos recursos deve ser transferido para o nível onde são efetivamente empregados; as decisões devem ser tomadas no nível onde surgem os problemas. Só assim é que o uso dos recursos e a natureza das decisões podem ser controlados, porque qualquer que seja a forma para escolha dos representantes, estes estarão constantemente sujeitos às pressões diretas exercidas pela base. Isto significa autonomia efetiva, inclusive orçamentária, para os departamentos e institutos (ou Faculdades, Escolas, Centros).

Por outro lado, é necessário construir uma centralização política como instrumento indispensável para a superação das tendências particularistas das unidades menores. Congregações e conselhos devem ser instrumentos efetivos de formulação da política universitária, instância de recurso contra decisões de escalões inferiores e órgãos de fiscalização (mas não de decisão) administrativa e financeira. Isto é, devem expressar a "vontade geral", decidindo sobre questões gerais de interesse coletivo.

Descentralização administrativa e centralização política devem comportar uma alta dose de flexibilidade e variedade de procedimentos. Nada mais autoritário do que a tendência incoercível da tecnocracia e da burocracia no sentido de uniformizar todos os processos, de estabelecer a mesma fórmula para as realidades as mais diversas e exigir as mes

mas práticas, os mesmos procedimentos, a mesma organização para todas as unidades: as artes como as ciências, as ciências naturais como as exatas ou as humanas, os profissionalizantes como os voltados para a pesquisa de base.

É necessário reconhecer a necessidade de diferenciações regionais e setoriais pois, onde os problemas não são os mesmos, as soluções devem ser diferentes.

Se a descentralização administrativa e a centralização política são essenciais a democracia interna, é preciso reconhecer que não são suficientes para garantir a verdadeira democracia que exigia a adequação das universidades às demandas da sociedade. A perfeita democracia interna pode, ao contrário, favorecer o corporativismo inerente às instituições fechadas e criar uma torre de marfim que corresponde à versão glorificada do ghetto.

Mesmo na universidade não democrática de hoje, existe um espaço de liberdade que é inerente à instituição e que não pode ser totalmente destruído sem destruir a própria universidade. A democracia interna assegura o alargamento deste espaço, mas não garante (embora facilite) outro aspecto fundamental da universidade democrática: as ressonâncias da sociedade no espaço interno da liberdade.

É apenas dentro de movimentos políticos mais amplos que as lutas dentro da universidade perdem seu caráter corporativista. Assim, as reivindicações de mais verbas para o ensino superior devem ser colocadas sobre as prioridades do 1º e 2º graus, a privatização do ensino deve ser corretamente apreciada no problema mais amplo da privatização de todo serviço público mesmo questões menores, como a das subvenções a restaurantes universitários poderiam ser discutidas em suas dimensões reais, em termos de prioridades de atendimento às carências alimentares da população.

A luta pela democratização da universidade que parece se reiniciar no Brasil precisa aprender as lições do passado. A democracia é simples instrumento e não o fim da disputa política. A democratização interna depende, obviamente, da criação de instrumentos institucionais. Mas a constituição destes instrumentos não cria, por si só, a universidade ideal. Os instrumentos democráticos apenas asseguram um espaço legítimo para tratar as lutas substantivas que dizem respeito à política de pesquisa, ao tipo de cursos, à prática pedagógica, as prioridades na utilização de recursos - a adequação da universidade, como instituição de ensino, e pesquisas as necessidades das diferentes classes sociais em conflito. A democracia interna não assegura a vitória das forças progressistas, mas pode provocar as disputas para questões mais relevantes e permitir a absorção de reivindicações da sociedade através do reflexo

da prática política na vida acadêmica. Estruturando as oposições internas em torno de problemas colocados pelo movimento da sociedade mais ampla, pode impedir que a política se desfaça integralmente na politica - gem da disputa miúda por verbas, contratações e títulos.

Não podemos mais continuar a afirmar, no discurso, a solidariedade com as massas oprimidas, ao mesmo tempo em que as lutas concretas que travamos dentro da universidade se restringem às reivindicações salariais e as exigências de eleições diretas para os cargos de direção. Precisamos começar a propor formas efetivas de revitalização do ensino e da pesquisa, e que são as questões substantivas básicas, as quais a democratização interna deve servir. Devemos explicar para que queremos a democracia. É necessário reformular toda a antiquada estrutura curricular que nos rege, abandonando o fetiche dos cursos profissionais, onde o diploma ilusório é acompanhado da ilusão do emprego seguro, bem pago e de prestígio para a elite que tem acesso à universidade pública. Não se pode protelar mais a crítica ao vestibular, que garante o acesso à escola superior pública aos alunos que possuem condições econômicas para cursar as melhores escolas de 2º grau privadas e financiar os cursinhos. É importante democratizar o acesso ao saber, multiplicando as matrículas, diversificando tanto as formas de ingresso como os tipos de formação que a universidade pode proporcionar, criando cursos livres, cursos de formação especializada de curta duração, cursos de divulgação cultural, de complementação educacional, de atualização profissional.

Não podemos continuar a reivindicar reajustes salariais sem, simultaneamente, propor formas de assegurar a dedicação ao trabalho, o aumento da produção científica e a competência do corpo docente.

O reconhecimento dos problemas concretos do ensino e da pesquisa, das deficiências da prestação de serviços à comunidade constitui o cerne da reflexão crítica sobre a universidade. É tempo de nos empenharmos nessa tarefa, porque não podemos nos contentar com uma universidade, mesmo democratizada internamente, que não seja inovadora, competente, eficaz, produtiva e aberta.

Artigo publicado na revista Ciência Hoje - vol. 3/nº 13 - julho/agosto-84.



UNIVERSIDADE, INTELECTUAIS E CIÊNCIA PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EXISTEM?(1)

A Atualidade da Questão - As Associações de Docentes e os Intelectuais

Luiz Pinguelli Rosa(*)

A Complexidade do Problema - Qual a Universidade?

A complexidade do problema da universidade é maior ou menor, dependendo da transformação e da democratização que se tenha em mente. Em primeira aproximação, aqui e agora, quando se reconquista passo a passo o terreno perdido para o fascismo, eufemisticamente chamado de autoritarismo, o fundamental é ocupar espaços e avançar na democratização da estrutura formal e na autonomia da universidade frente ao governo, às empresas, aos patrões, aos reitores, à burocracia interna e aos núcleos explícitos ou não de poder autoritário. Em aproximação de ordem imediatamente superior, à medida que estes espaços forem sendo ocupados pelos professores, funcionários e estudantes descompromissados com a estrutura de poder vigente, fundamentada no clientelismo, paternalismo, incompetência edisplicência profissional, omissão e corrupção, então a questão da universidade emerge na sua essência e não só na forma que ela toma exteriormente.

Embora reconhecendo estreita ligação entre forma e conteúdo, é necessário distinguir entre estas diferentes ordens para não esgotar o movimento no objetivo único de reestruturar formalmente a universidade, deixando inalterada a sua essência, nem apenas abrir espaço para objetivos modernizantes não desejados, como o cientificismo imitativo e acrítico, o academicismo estéril ou pragmatismo tecnocrático e gerencial da prestação de serviços e da formação eficiente de "robots" humanos para o mercado. Não basta afastar a burocracia corrupta e subserviente e valorizar a competência. É preciso argüir qual competência, embora tal argüição não deva se confundir com qualquer tipo de cumplicidade corporativa com a incompetência e com a irresponsabilidade escondidas atrás da

(1) *Extrato do artigo publicado in O Público e o Privado - O Poder e o Saber, Ed. Marco Zero/Andes, RJ, 1984.*

(*) *Professor da UFRJ.*

liberdade acadêmica e da autonomia. Estas não são especulações abstratas, mas casos concretos que começam a ser enfrentados naqueles locais onde cargos de direção ou de colegiados, ainda que de nível inferior ou minoritários, são exercidos por pessoas eleitas democraticamente e comprometidas com a comunidade que os elegeu. Quais as prioridades a dar nas atividades de ensino e de pesquisa? O que estudar? Como ensinar? Manter tudo como antes e atribuir toda a culpa às instâncias superiores do poder é uma atitude vulnerável e incorreta, que acabará por comprometer o movimento de transformação e reduzi-lo as estreitas dimensões do corporativismo, no pior sentido desta palavra. O professor é um trabalhador assalariado e, como tal, se insere na luta dos trabalhadores contra a dominação que sofrem. Mas, como intelectual, não é expropriado do seu saber e reduzido à mera engrenagem da produção como o operário, desprovido de qualquer controle sobre o produto do seu trabalho e impossibilitado de dar vazão nem às suas potencialidades intelectuais e nem às suas habilidades manuais criativas no processo de produção. Não que o operário perca estas potencialidades, mas só pode liberá-las fora da rotina monótona e alienante das fábricas.

O professor nas aulas com o giz na mão frente aos seus alunos, com o lápis e o papel na sua sala, frente aos seus livros, com os aparelhos e os computadores no seu laboratório tem certo poder, tem bastante controle sobre o que faz por mais opressivas que sejam as regras que lhe são impostas. Seria ingênuo tratar como homogênea a categoria dos professores ou apelar para a abstrata comunidade acadêmica como progressista ou supor que não há alienação nem apropriação do seu trabalho. Mas cabe ao movimento docente colocar estas questões de conscientização do professor de sua responsabilidade social, não só na militância política mas também no seu trabalho acadêmico diário. O que ele está fazendo nas universidades? Em que está contribuindo para mudar algo com seu trabalho? Mudar pressupõe um direcionamento de longo prazo e um objetivo imediato, a serem ambos submetidos ao debate democrático. Este debate exige propostas responsáveis e coerentes para não cair num espontaneísmo aleatório e desgastante que esvazia a participação. Não se trata de ressuscitar as velhas receitas acabadas de tão triste memória, mas de valorizar a reflexão crítica sobre o real exercida por todos, para juntamente com a intuição inventiva, livre e criadora, sintetizar o novo coletivamente.

Assintoticamente, a própria universidade na sua concepção elitista excludente pode ser questionada como um espaço privilegiado para o trabalho intelectual de alguns por todo o tempo (professores) e para muitos por algum tempo (alunos). Ainda que fossem designados por um cri

tério de talento ou de valor intelectual democraticamente aceito, ainda que estivessem a serviço de todos os que não têm acesso à universidade, a diferenciação do saber concede poder aos que sabem mais e cria uma escala de valores hierarquizantes. A questão vincula-se a tantas outras: ao papel do intelectual e à reprodução da ideologia da classe dominante, em favor de sua hegemonia: à divisão social do trabalho e à hierarquização da sociedade em favor da produtividade e da acumulação capitalista. Este tipo de discussão conduz à boca do vulcão formado pelas grandes questões polêmicas do tempo atual. Uma delas é o mito do progresso material das nações e do desenvolvimento das forças produtivas como fatores sempre positivos para o avanço social. Esta desdobra-se na elevação da ciência, geradora da tecnologia, à categoria de uma quase religião e a extrapolação do paradigma desta ciência-religião a outras áreas do conhecimento e da vida humana. Outra é a constatação das limitações da apropriação coletiva dos meios de produção nos modelos concretizados de socialismo, que, apesar disto, mantiveram exatamente inalterada a hierarquização e a divisão social do trabalho, com a conseqüente separação entre dirigentes e executores. O resultado disto, no que concerne à universidade, é não ser ela nestes países qualitativa e essencialmente diferente, guardadas as devidas proporções e respeitadas as inevitáveis especificidades, das suas similares nos países capitalistas. Dentre estes últimos, os mais avançados socialmente também garantem o ensino superior público e gratuito e dão amplas possibilidades de acesso a ele inclusive para manter contingentes de jovens fora do mercado de trabalho e diminuir as pressões sociais. A massificação da universidade corresponde ao aumento do trabalho chamado improdutivo, característico das economias capitalistas avançadas com seus inchados setores terciários, de serviços, cuja necessidade social é, no mínimo, questionável e induzida. A massificação, ou seja, o aumento quantitativo em detrimento da qualidade do ensino, como ocorreu no Brasil com a expansão do ensino superior[1], é demagógica e um engodo, pois a massa dos subformados continua sem o privilégio concedido pelos "bons cursos", restritos às universidades de elite ou à pós-graduação. Entretanto, talvez com a única exceção da China durante a revolução cultural, cuja experiência é muito limitada e controvertida[2], a universidade em todo o mundo guarda seu

(1) *Teodoro Rogério Vahl, A privatização do ensino superior no Brasil, UFSC, Ed. Lunardelli, Florianópolis, 1980.*

(2) *Claudie et Jacques Broyelle, Evelyne Tschirhart, Deuxième retour de Chine, Seuil, Paris, 1977.*

caráter elitista, ainda que em gradações muito diferentes. Nos países socialistas substituiu-se a desigualdade econômica pela desigualdade dos talentos, selecionando os mais aptos a vencer as barreiras acadêmicas tradicionais.

Deverá haver em um sistema social e econômico mais justo e democrático uma instituição como a universidade, com as suas características básicas atuais? Como seria uma universidade aberta e popular? Estas são perguntas não respondidas no sentido prático e que comportam discussão teóricas. Elas dizem respeito ao limite assintótico, que orienta o futuro. Enquanto se busca estas respostas e até para abrir caminho para elas é essencial defender a universidade como um espaço onde se podem desenvolver idéias críticas e lutar por elas. O capitalismo na sua expressão mais avançada tem de correr o risco de preservar, dentro de limites que ele procura impor, este espaço porque precisa de idéias e inovações, pelo menos de algumas, para sua reprodução e sobrevivência imediata, mesmo que com isto arrisque ver gerados idéias que levam à sua morte.

No Brasil, a expressão mais brutal que o capitalismo internacional assume, levando às vezes a um regime muito próximo do fascismo, reduz o papel da universidade, inclusive porque ele traz de fora a ciência e a tecnologia de que precisa, sem considerar as condições internas. O problema é conquistar estes espaços e romper os limites sem ilusões de que os intelectuais(*) sejam a vanguarda da sociedade, mas procurando fazer da transformação da universidade também um instrumento da transformação social.

(*) *Quanto ao papel dos intelectuais nos partidos e nos movimentos sociais há dois equívocos: um é ser a vanguarda, a consciência, as cabeças pensantes privilegiadas; outro é negar ao conhecimento e ao pensamento teórico qualquer valor político. O primeiro leva ao centralismo democrático, "old fashioned" e autoritário, e o segundo, muito em moda, abre mão da única coisa que o intelectual sabe, porque ela é a antítese do saber popular, dominado. Por que não se assumir como intelectual dentro dos movimentos, sem se travestir de operário, nem pretender tutelá-los mas procurando uma forma de ação que resulte da síntese do seu saber com o popular?*

ALGUNS EQUÍVOCOS SOBRE DEMOCRACIA E UNIVERSIDADE

Rogério de Cerqueira Leite(*)

O processo de liberalização da universidade acelerou-se durante a década de 60, tanto nos EUA como na Europa. É verdade que no Brasil o Estado de exceção provocou alguns retrocessos durante as duas últimas décadas. Com a Abertura um elogiável ganho liberal vem ocorrendo, embora permeado de ambigüidades e de equívocos conceituais.

O argumento mais freqüentemente usado advém de uma analogia entre a sociedade e a escola. Aparentemente a expectativa é de que a democratização da universidade seja uma réplica do processo que desejaríamos para a Nação. Entretanto, há diferenças essenciais entre estas duas entidades. O povo escolhe seus dirigentes e legisladores e, por analogia, se propõe que professores, estudantes e funcionários elejam reitores e diretores. Todavia, o paralelo é inconsistente, pois o povo mantém através de seu trabalho o Estado enquanto a universidade é, de uma maneira ou outra, sustentada pelo trabalho de uma comunidade muito mais ampla que aquela contida no interior da universidade. O absoluto democrático exigiria que não apenas os estudantes, professores e alunos elegessem os dirigentes da universidade mas a comunidade que a mantém e dela depende direta e indiretamente. Sob um aspecto puramente conceitual é mesmo antidemocrática a solução pela qual apenas aqueles que se beneficiam diretamente da universidade, isto é, professores, alunos e funcionários, participem das decisões. Em realidade em uma democracia representativa ideal deveriam ser os representantes do povo legitimamente escolhidos que deveriam escolher os dirigentes das universidades. Teoricamente a democracia estaria mais bem servida, portanto, se os governadores, ou o legislativo, indicassem os reitores.

Este procedimento é evitado em países democráticos simplesmente porque leva a resultados desastrosos. A comunidade acadêmica está mais bem capacitada para escolher seus dirigentes que o Estado. É uma razão de ordem prática e pouco tem a ver com a questão da democracia. Em realidade o conceito da democracia foi elaborado para nações e comunidades amplas. Apenas com muito cuidado pode ser aplicado a instituições de

(*) *Professor da Unicamp.*

alto nível de especificidade como a universidade.

Por outro lado, um certo grau de participação nas decisões que gerem a vida universitária é essencial para a dignidade acadêmica como também para o sucesso da instituição. Há, portanto, dois imperativos para que a participação da comunidade acadêmica seja ampla. Todavia seria um erro adotar, sem uma análise cuidadosa, o modelo democrático que é desejável para uma nação, mesmo sob o impulso de uma motivação puramente ideológica.

Não resta dúvida de que qualquer que seja a estrutura de participação a ser adotada ela deve ser tal que preserve a essência da universidade. Quais são as grandes universidades do mundo? Sorbonne, Oxford, Harvard, Berlim, Berkeley? São elas democráticas? Ninguém sabe e pouco importa. Então a essência da universidade não é democracia. Talvez seja a geração de conhecimento, a inovação, a cultura. Nenhuma universidade se fez imperecível, mereceu um lugar na História ou contribuiu para o bem social devido à prática democrática. O que faz a universidade, o que a justifica perante a comunidade que a sustenta é a competência para executar certos encargos que nenhuma outra instituição é capaz de efetuar. Essas atribuições são frequentemente enfeixadas em uma característica por vezes denominada "qualidade". Quem decidiu estudar ou trabalhar em uma universidade porque fosse democrática? Nós todos procuramos uma universidade pela sua "qualidade". Unicamente pela sua "qualidade". Há portanto alguma legitimidade em admitir que a essência da universidade não está muito distante daquilo que designamos, talvez imprecisamente, por qualidade.

Algumas das reivindicações que se fazem muito freqüentemente em nome da democracia colidem com a busca da qualidade. No passado todos nós condenamos a cátedra vitalícia. Hoje, em nome da democracia, se busca a vitaliciedade do aprendiz, mesmo quando se reconhece que pelo menos noventa por cento dos que iniciam a carreira acadêmica vão fracassar. Lord Acton disse uma vez que o patriotismo é o último refúgio do canalha. Na universidade o proselitismo democratizante pode-se converter no último refúgio da mediocridade.

Podemos mesmo notar a irritação que a palavra "qualidade" provoca em certos ambientes. Temos, entretanto, que aceitar uma simples e inelutável realidade. A universidade só se justifica, só tem o direito de existir, se servir à sociedade e, portanto, se produzir e difundir conhecimento. Para a sociedade é secundária a organização interna da universidade. O grau de participação da comunidade acadêmica deve, portanto, ser determinado pelas consequências concretas que possa provocar.

Nossa ânsia por uma sociedade democrática está sendo canalizada

aparentemente para o único campo de atuação que nos resta. Impedidos de viver em uma nação democrática, somos induzidos a exercer essa opção em espaços limitados de nossa vida. Devemos, entretanto, manter-nos alertas e não esquecer, durante essa tarefa de liberalização, que a essência da universidade é a competência e a capacidade de gerar conhecimento. O que interessa é, portanto, que a universidade sirva adequadamente à sociedade e apenas secundariamente aos seus professores e funcionários.

Artigo publicado na Folha de São Paulo - 19.09.82.





UNIVERSIDADE, COMPETÊNCIA E DEMOCRACIA

Wolfgang Leo Maar(*)

As relações complexas entre democracia e eficiência constituem um problema real, existente, a ser enfrentado pelos que atuam e se preocupam com a questão da universidade no Brasil. Neste sentido é muito oportuno o debate provocado pelo artigo "Algums equívocos sobre democracia e universidade", do Prof. Rogério de Cerqueira Leite.

Já em junho do ano de 1982, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, em sua "Proposta para a Universidade Brasileira" encaminhada ao MEC e à opinião pública, procurou traçar a sua alternativa baseada em ampla discussão dos docentes - apoiada no binômio "democratização e eficiência". Sua proposta é de um "padrão único de qualidade" para todas as universidades do país, firmemente assentado em estruturas de poder democráticas que garantam a mais ampla participação da comunidade nas decisões relativas ao ensino, à pesquisa e a todas as questões administrativas etc., que isto implica.

Nesta mesma direção, a ANDES tem denunciado como a própria perda de qualidade está associada à concepção empresarial, que reina sobretudo nas universidades particulares - e que se quer levar às públicas - cuja competência é medida exclusivamente em termos de uma produtividade nos moldes capitalistas da mercadoria do ensino geradora de lucros.

Nestes termos, é por demais evidente que o processo de democratização em curso real na prática universitária não procura jamais colidir com a busca da qualidade. A seriedade com que este processo está sendo conduzido - e as experiências concretas o comprovam, em São Carlos, na UNICAMP etc., cabendo realçar sobretudo o exemplo da "Constituinte da PUC SP" inteiramente pautada em termos de decisões paritárias - não pode ser reduzida e minimizada em circunstância alguma como "proselitismo democratizante".

Por outro lado, a exigência de qualidade é real e necessária porque a universidade, para cumprir o seu papel efetivo, precisa gozar de uma representatividade social e de uma representatividade intelectual. Uma não existe sem a outra, e esta é a especificidade da universida

(*) *Professor da Universidade Federal de São Carlos*
Diretor da ANDES

de, que precisa conviver com ambas. O professor ou aluno é um cidadão mas é também um universitário. Não adianta apagar um ou outro dos lados desta equação. O intelectual precisa ser reconhecido pelos outros como intelectual; e a qualidade da sua produção também precisa ser reconhecida como tal. Deve existir socialmente.

A pergunta a ser colocada não deveria ser se a presença da democracia se opõe, cria obstáculos à qualidade. Mas ao contrário, caberia indagar por que a qualidade, a eficiência, passou a ser historicamente associada à ausência de democracia, a ser colocada em oposição à democracia.

Há competência sem democracia. Mas seria infantil, por isto, associar a necessidade de democratização a uma crítica à competência em geral. Não se trata de investir contra os que reivindicam qualidade. Quem defende a competência não é adversário da democracia por causa disto; nem vice-versa. O que se critica é aquela competência determinada que quer tomar o lugar da representatividade, pela qual se querem legitimar instituições que não gozam de legitimidade real.

A universidade copiou o modelo social em que a legitimidade da representação é substituída - só agora elegemos governadores - pela "legitimidade" da competência tecnocrática e gerencial. Só há um jeito de resolver esta questão: socializar a responsabilidade e a participação nas decisões. Não procurar legitimar por um produto competente, mas por uma produção competente. A democracia é isto: atribuir a todos a sua parcela de poder, desalienã-los em relação à distância que os separa das decisões, torná-los sujeitos responsáveis da produção.

É porque a qualidade passou a ser medida apenas em relação ao produto, que ela se desvinculou da questão da democracia. A função da universidade não é somente formar o produto pesquisa, ensino e cultura. Isto também se faz fora dela. Sua principal função é formar pesquisadores, professores, intelectuais. O seu produto deve ser associado ao seu produtor, o universitário, que por enquanto está alheio a ele. Quem decide sobre as prioridades do ensino e da pesquisa, o emprego de verbas, os currículos, as contratações, a administração etc.?

O que está em causa é uma produção de qualidade, e não produtos de qualidade. Estes decorrerão daquela. Caso contrário, a universidade seria uma instituição impessoal, um processo produtor de qualidades sem ter sujeito, morto. Mas a universidade concreta, real, viva, está assentada no conjunto de seus professores, alunos e funcionários. Somente a participação, a desalienação destes produtores em relação ao seus produtos e às condições de produção permite refazer a especificidade desta instituição, conferindo-lhe uma competência socialmente repre-

sentativa, que lhe assegura, a um tempo, uma autonomia, e a insere no contexto social.

Exatamente por ter necessariamente um potencial de inconformismo em relação ao modelo social existente, a universidade precisa libertar-se de critérios que avaliam a qualidade de sua produção apenas em termos da produtividade de acordo com o modelo econômico no país. Precisa caminhar em direção a critérios de qualidade que avaliem a dimensão real do trabalho de ensino e pesquisa retirando-o das tenazes da exclusiva utilidade industrial e comercial, as únicas valorizadas socialmente pelo poder neste país. É um caminho difícil este. Como diz o mestre Antônio Cândido, de competência a toda prova: "A democracia é uma tarefa árdua e trabalhosa, mas necessária". Ela é um valor com que se pode medir, avaliar a competência. É a prova dos noves, sem a qual alguma coisa deve estar errada. Mesmo quando a conta está certa, e já se provou competência no cálculo. A democracia também não é abstrata; ela tem que ser real, existente, tem que possuir sua competência concreta. Como a de provocar este debate, por exemplo, que é fruto de sua eficácia.

Resposta ao artigo de Rogério de Cerqueira Leite.

centro
audiovisual
UFMG